

INSTITUTO GERMINARE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

INSTITUTO GERMINARE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Deliberativo e Administradores do
Instituto Germinare
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Germinare (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Germinare em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2020.

Instituto Germinare
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2019

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	439	263
Estoque		205	65
Adiantamento à Fornecedores		27	29
Outros ativos circulantes	6	899	22
Despesas Antecipadas	7	1.846	2.699
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>3.416</u>	<u>3.078</u>
Depósitos, cauções e outros		-	90
Imobilizado	8	14.717	13.458
Intangível	9	10	125
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>14.727</u>	<u>13.673</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>18.144</u>	<u>16.751</u>

	<u>Nota</u>	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	663	289
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	11	1.212	1.036
Outros passivos circulantes		-	29
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.875</u>	<u>1.354</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências		-	108
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>-</u>	<u>108</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Patrimônio social		8.425	8.425
Fundo de reserva estatutária		7.842	6.864
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>16.267</u>	<u>15.289</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>18.144</u>	<u>16.751</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
RECEITA OPERACIONAIS		18.685	19.517
Sem Restrição			
Receitas com doações	14	18.551	19.368
Receita com trabalho voluntário	14	120	120
Receitas financeiras	17	14	29
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com Programas (Atividades)			
Educação	15	(10.375)	(9.724)
RESULTADO BRUTO		8.309	9.793
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas	16	(7.331)	(5.741)
Pessoal		(1.059)	(2.116)
Outras (despesas) receitas		(4.835)	(2.440)
Despesa com trabalho voluntário		(120)	(120)
Depreciação		(1.309)	(1.048)
Despesas financeiras	17	(7)	(18)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		978	4.052

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
Superávit do exercício	<u>978</u>	<u>4.052</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>978</u>	<u>4.052</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Fundo de reserva estatutária	Superávit acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8.425	2.812	-	11.237
Superávit do exercício	-	-	4.052	4.052
Incorporação do superávit do exercício	-	4.052	(4.052)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	8.425	6.864	-	15.289
Superávit do exercício	-	-	978	978
Incorporação do superávit do exercício	-	978	(978)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	8.425	7.842	-	16.267

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	978	4.052
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
. Reversão para riscos processuais	(108)	(572)
. Resultado na alienação de imobilizado e intangível	-	-
. Baixa de ativo imobilizado e intangível	763	136
. Provisão (reversão) estoques	(140)	(65)
. Depreciação e amortização	1.308	1.048
	2.802	4.599
Redução (aumento) em ativos		
Outros ativos circulantes e não circulantes	(876)	66
Depósitos, cauções e outros	90	(80)
Despesas antecipadas	853	(2.699)
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	374	82
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	177	(688)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(29)	(23)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	3.391	1.257
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(3.216)	(1.107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.216)	(1.107)
Variação líquida no exercício	175	150
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	263	114
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	439	263
	439	263

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Germinare ("Instituto") é uma associação civil sem fins econômicos (lucrativos), de caráter social, educacional, cultural e de promoção social, regida pelo Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede e foro no endereço: R. Irineu José Bordon, 335 - Parque Anhanguera, São Paulo - SP, 05120-060

Foi constituído e fundado em janeiro de 2009, com a missão de formar jovens administradores de empresas, por meio de uma educação única, gratuita e em período integral, que oferece conhecimento em gestão de negócios através de aulas teóricas com professores altamente qualificados e vivências com profissionais que atuam no mundo corporativo, oportunidade de experiências práticas através de estágios remunerados no Ensino Médio e o desenvolvimento de competências de liderança, visão sistêmica, foco no resultado, capacidade de inovação e conduta ética. Além do ensino sem custo, os alunos recebem alimentação, uniforme e material didático.

Através de sua Escola de Negócios, que é aprovada pelo Ministério da Educação (MEC), o Instituto Germinare oferece um ensino diferenciado para os alunos todos os anos, que ingressam no 6º ano do Ensino Fundamental e estudam até a 3ª série do Ensino Médio, que é integrado com o Técnico em Administração de Empresas. Em seu primeiro ano letivo, que foi em 2010, a Escola iniciou as suas atividades contando com 180 alunos, atingindo em 2019 um total de 545 alunos. Já concluiu 5 turmas no Ensino Médio (2015, 2016, 2017, 2018 e 2019), formando 270 jovens talentos, sendo que a grande maioria já ingressou no mercado de trabalho com carteira assinada e em faculdades renomadas.

Os estudantes ingressam no Instituto Germinare entre 10 e 11 anos, no 6º ano do Ensino Fundamental, através da participação em um Processo de Admissão, que visa identificar jovens potenciais que sonhem em ser administradores de empresas e que tenham aderência ao perfil e aos valores de Entidade sem fins lucrativos. O Processo de Admissão acontece anualmente e são elegíveis os candidatos que estejam cursando e devidamente matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental. O reconhecimento da sociedade em relação ao projeto pode ser confirmado através da alta demanda de inscrições, que somam mais de 17 mil candidatos, considerando o período de 2009 a 2019.

O Instituto Germinare já investiu mais de R\$100 milhões, desde a sua fundação, e promove desta forma, em caráter filantrópico e beneficente, atividades no setor educacional para jovens talentos, que de outra forma não teriam a oportunidade de desenvolverem seus potenciais, pois o propósito de capacitação desta Escola de Negócios é único no sentido de não subestimá-los, considerando que os alunos têm acesso a um conhecimento e experiência diferenciados e são apresentados desde cedo para o mercado de trabalho, permitindo assim que a sua formação seja competitiva em relação aos demais jovens. O Instituto tem como foco o investimento em educação, isto porque os seus fundadores acreditam que este é o principal pilar de transformação de qualquer sociedade.

O Patrimônio Social, representado por recursos financeiros e bens imobilizados, foi majoritariamente doado pela sua mantenedora JBS S.A., dentre outras empresas privadas e pessoas físicas.

Todos os recursos recebidos foram aplicados nas finalidades operacionais do Instituto Germinare, em conformidade com o Estatuto Social, através de capitalizações em investimentos patrimoniais e pagamentos de despesas, conforme verifica-se na demonstração do resultado.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição social, com base na isenção tributária prevista na Lei nº 9.532/97.

Em 01 de junho de 2018 a Entidade obteve o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), com validade até 31/05/2021, conforme publicado no Diário Oficial da União no dia 01/06/2018. Mediante processo Nº 2300000767658201371, portanto usufrui das isenções das Contribuições Sociais (INSS e PIS sobre folha).

Em setembro de 2015, o Instituto foi declarado como Órgão de Utilidade Pública Federal (UPF) pelo Ministério da Justiça, possibilitando portanto aos doadores a dedução até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica doadora antes de computada a própria dedução, observadas as demais regras aplicáveis a doação desta natureza.

1.1 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, sendo que o Instituto aderiu a esse Acordo em 04 de outubro de 2017.

No Acordo, a J&F compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde, J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de 10,3 bilhões de reais, durante os próximos 25 (vinte e cinco) anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 (cinco) parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 (vinte e duas) parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, a serem pagas exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfied, e pelos demais fatos mencionados nos anexos constantes do respectivo Acordo.

A J&F compromete-se também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de ilícitos, realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, (ii) a cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer às melhores práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados.

Diante desse cenário, o Grupo J&F está cumprindo as obrigações assumidas no Acordo. Ressalta que o Instituto Germinare não é alvo de nenhuma das operações acima mencionadas, e o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para o instituto, que, entretanto, a protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Adiciona-se, ainda, que a J&F em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Acordo de Leniência, está em fase de implementação de um programa de integridade, atualmente em fase de estruturação das políticas internas e procedimentos aplicáveis a integridade e anticorrupção, que consistem, numa primeira fase, na definição do código de conduta, implementação de canal de denúncias, treinamento de pessoal, procedimentos de investigação e medidas disciplinares. Tais medidas, e o cronograma de suas implementações, encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo de Leniência, conforme certificou expressamente o MPF através de Certidão 1503/2019, emitida em 06 de fevereiro de 2019.

O Instituto fez adesão ao acordo e não houve envolvimento dos executivos citados na delação e nenhum ato ilícito foi praticado pela empresa que gerassem quaisquer impactos nas demonstrações contábeis do Instituto.

A investigação da J&F está em curso e não esperamos nenhum impacto nas demonstrações contábeis do Instituto Germinare após sua conclusão.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Entidade conseguirá cumprir com suas obrigações de pagamentos, considerando a manutenção de suas doações.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em reais, foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 – Imobilizado

e. Ajustes e reclassificações das demonstrações contábeis

Durante o exercício de 2019, identificou-se a necessidade de reclassificar os gastos relativos com o refeitório para a rubrica de custos com educação, os quais nas demonstrações financeiras de 2018, foram classificados como despesas. A administração optou pela reclassificação para garantir a comparabilidade das informações e melhor apresentá-las de forma que reflitam a operação do instituto.

(Em milhares de reais)

	Original 31.12.18	Ajustes / reclassificações	Reapresentado 31.12.18
RECEITA OPERACIONAIS	19.517	-	19.517
Sem Restrição			
Receitas com doações	19.368	-	19.368
Receita com trabalho voluntário	120	-	120
Receitas financeiras	29	-	29
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com Programas (Atividades)			
Educação	(8.366)	1.358	(9.724)
RESULTADO BRUTO	11.151	1.358	9.793
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas	(7.099)	-	(5.741)
Pessoal	(3.474)	-	(2.116)
Outras (despesas) receitas	(2.440)	-	(2.440)
Despesa com trabalho voluntário	(120)	-	(120)
Depreciação	(1.048)	-	(1.048)
Despesas financeiras	(18)	-	(18)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.052	-	4.052

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3 Principais políticas contábeis

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consistem basicamente no seguinte:

a) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas

As receitas de doações, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pelo Instituto, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As despesas são apuradas em conformidade com o princípio contábil do regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

O Instituto adotou o CPC 48 Instrumentos Financeiros, em substituição ao CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a partir de 1 de janeiro de 2018. As alterações realizadas nas políticas contábeis da Associação estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações contábeis:

Classificação de Ativos Financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que define três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda.

Esta alteração não gerou quaisquer impactos retrospectivos na mensuração de ativos financeiros do Instituto, sendo que o Instituto não possui instrumentos financeiros classificados como VJORA.

Contabilidade de Hedge

O Instituto não tem por política contratar instrumentos financeiros com esta característica.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas esperadas". Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, o Instituto não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha.

Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é data na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício. Esses ativos abrangem o saldo de aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2019, incluindo operações de hedge.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas estão apresentadas na nota explicativa 8.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem aos softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

f) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

h) Provisões e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas bancárias e são registradas pelo regime de competência

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

k) Destinação do resultado

Fundo de reserva estatutária (artigo 24 do Estatuto Social) - Do superávit apurado, 5% deverá ser destinado à constituição do Fundo de Reserva estatutária, e o restante (95%) deverá ser destinado à reaplicação nas atividades do Instituto, nos exercícios seguintes.

l) Reconhecimento da receita e apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

1) Receita de doações

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

2) Voluntariado

O Instituto obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal e Regional e Comitês, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido. Em 31 de dezembro de 2019 o Instituto registrou o montante de R\$ 120.000, referente à trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração.

4 Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

4.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pelo Instituto.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Entidade espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, cujo vigência se dá a partir de 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) - "Operações de arrendamento mercantil"

O CPC 06 (R2) - "Arrendamento Mercantil" estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Este pronunciamento introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso do ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. O CPC 06 (R2) deverá ser adotado com início em ou após 1º de janeiro de 2019. O Instituto avaliou o potencial impacto em suas demonstrações contábeis e, não foi identificado que o Instituto deverá reconhecer ativos e passivos de arrendamentos, como arrendatário.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) pela autoridade fiscal.

Esta interpretação entrou em vigor a partir de períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019 e a Administração do Instituto entende que esta interpretação não gera efeitos nas Demonstrações Contábeis, haja vista o Instituto ser imune.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.19	31.12.18
Caixa	-	1
Banco conta movimento	439	32
CDB	-	230
	439	263

As aplicações financeiras no curso de 2019 são de liquidez imediata e realizadas com banco de primeira linha, cuja a rentabilidade está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento médio aproximado em 2019 foi de 97% do CDI.

6 Outros ativos circulantes

	31.12.19	31.12.18
Impact Zone (*)	891	-
Outros	8	22
	899	22

O montante registrado com a Impact Zone refere-se a uma doação a qual o Instituto Germinare obteve da empresa ZMF. Tendo em vista que a Impact Zone trabalha no seguimento de confecções, a ZMF fez uma cessão para o Instituto, que por sua vez o montante foi registrado a título de doação.

7 Despesas antecipadas

	31.12.19	31.12.18
Propaganda e publicidade a apropriar	1.846	2.699
	1.846	2.699

Montante refere-se a despesas a apropriar de publicidade e propaganda o qual o Instituto Germinare vem fazendo veiculações sobre divulgação da Escola. O montante apresentado será utilizado em sua totalidade no período de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

8 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado por perda de valor recuperável, quando o valor contábil é superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação da unidade visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

		31.12.19			31.12.18	
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Móveis e Utensílios	7%	2.412	(869)	1.543	1.382	
Equipamentos de comunicação	10%	57	(23)	34	43	
Instalações	5%	1.088	(170)	918	821	
Maquinas e Equipamentos de informática	17%	1.044	(352)	692	1.903	
Equipamentos de Informática	17%	3.178	(2.137)	1.040		
Edificações	2%	11.422	(1.766)	9.655	9.309	
Obras em Andamento		835	-	835	113	
		20.034	(5.317)	14.717	13.571	
Movimentação do ativo imobilizado	31.12.18	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31.12.19
Móveis e Utensílios	1.382	107	222	-	(167)	1.543
Equipamentos de comunicação	43	-	-	-	(9)	34
Instalações	821	-	145	-	(47)	918
Maquinas e Equipamentos	712	33	-	-	(53)	692
Equipamentos de Informática	1.191	622	20	-	(792)	1.040
Edificações	9.309	-	575	-	(229)	9.655
Obras em Andamento	113	2.445	(961)	(763)	-	835
	13.571	3.207	-	(763)	(1.297)	14.717

9 Intangível

		31.12.19			31.12.18
	Taxas médias anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	10%	68	(57)	10	12
		68	(57)	10	12
Movimentação do ativo intangível	31.12.18	Adições	Baixas	Amortização	31.12.19
Software	12	9	-	(11)	10
	12	9	-	(11)	10

10 Fornecedores

	31.12.19	31.12.18
Provisão outras contas a pagar	413	-
Noemia de Oliveira Moita Cosme Confecções	97	198
Canal Rural	75	-
DM Hotéis e Promoções de Eventos Ltda	38	-
Blue Angels Assessoria em Gestão Empresarial	12	10
Outros	28	81
	663	289

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

11 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.12.19	31.12.18
Salários e encargos Sociais	513	445
Provisões e encargos	412	334
PIS e COFINS a recolher	3	6
ISS a recolher	1	0
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	280	204
Encargos Sociais Parcelados	-	37
Outros	3	8
	1.212	1.036
Desmembramento:		
Passivo circulante	1.212	1.036
	1.212	1.036

Encargos Sociais Parcelados

	31.12.19	31.12.18
Curto prazo	-	37
	-	37

12 Provisão para contingências

O Instituto no curso normal dos seus negócios, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. O Instituto, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentado em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, ao término de 2019 o Instituto não possui processos cujo probabilidade de perda seja provável.

	31.12.19	31.12.18
Trabalhistas	-	108
	-	-

Movimentação da Provisão para riscos processuais

	31.12.18	Adições	Baixas	31.12.19
Trabalhistas	108	-	(108)	-
	108	-	(108)	-

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, as contingências trabalhistas cujo as chances de perda foram classificadas como possível, totalizam um montante de R\$ 69 (R\$ 40 em 2018).

13 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto poderá ser formado pelos superávits e/ou déficits acumulados e compreende o saldo inicial acrescido ou reduzido dos valores de superávit e déficit do período, destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão revertidos para outra Entidade que contenha fins idênticos ou similares aos objetivos sociais do Instituto, ou ainda, será revertido para entidades públicas, conforme previsto no artigo 26 do estatuto social.

14 Receitas

	31.12.19	31.12.18
Pessoa Jurídica - Mantenedor	15.795	17.362
Pessoa Jurídica - Terceiros	43	81
Doações de serviços	333	391
Pessoa Física - Terceiros	696	648
Doações de produtos	1.679	879
Trabalho voluntário	120	120
Outros	6	8
	18.671	19.488

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15 Custo

	31.12.19	31.12.18
Salários e encargos	(9.344)	(9.180)
Material de uso e consumo	(477)	(298)
Feiras e eventos	(334)	(165)
Despesas com prestação de serviços	(120)	(52)
Outros	(99)	(29)
	(10.375)	(9.724)

16 Despesas administrativas e gerais

	31.12.19	31.12.18
Salários e encargos	(1.059)	(3.474)
Material de uso e consumo	(370)	(917)
Despesas com prestação de serviços	(2.908)	(1.386)
Depreciação e amortização	(1.309)	(1.048)
Manutenção e conservação	(264)	(197)
Feiras e eventos	(223)	(441)
Trabalho voluntário	(120)	(120)
Indenizações Trabalhistas	(1.015)	564
Aluguéis de equipamentos	(45)	(50)
Despesas com taxas e anuidades	(10)	(12)
	(7.324)	(7.081)

17 Resultado financeiro líquido

	31.12.19	31.12.18
Receitas Financeiras		
Juros ativos	14	29
Descontos Obtidos	(1)	-
	13	29
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	(3)	(2)
Juros passivos	(4)	(16)
	(7)	(18)
	7	11

18 Remuneração da Administração

O Instituto não concede, ao pessoal chave da administração, nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

19 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

O Instituto classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) - **Custo amortizado**

Outros ativos - **Custo amortizado**

Despesas antecipadas (Nota 7) - **Custo amortizado**

Passivos financeiros

Fornecedores (Nota 10) - **Custo amortizado**

Outros passivos - **Custo amortizado**

Mensuração Subsequente:

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a. Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

b. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não possam ser classificados como mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no valor justo, também estão incluídos nessa categoria.

c. Passivos financeiros: o Instituto deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: **(i)** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, **(ii)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, **(iii)** contrato de garantia financeira, **(iv)** compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, **(v)** a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, à qual deve ser aplicado o CPC 15.

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge:

O Instituto não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção de hedge.

Redução ao valor recuperável “modelo de perdas de crédito esperadas”

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

O Instituto adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é único fator considerado para o provisionamento. O Instituto, na avaliação de perda esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, o Instituto está sujeito ao fator de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Cabe ressaltar, que para cumprir suas obrigações a mantenedora deverá prover os recursos conforme orçamento anual.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

20 Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância. Os valores segurados são considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 11 de janeiro de 2019 o Instituto renovou a sua apólice de seguro, sendo R\$150 MM o Limite Máximo Indenizável (LMI) de cobertura em caso de sinistros relativos ao Imóvel e Máquinas, Móveis e Utensílios (MMU).

21 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

22 Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 26 de março de 2020.

23 Eventos subsequentes

Coronavírus Outbreak (COVID-19): O corpo diretivo do Instituto, mediante suas atividades escolares efetuou o gerenciamento dos possíveis riscos que pudessem ter potenciais impactos do Coronavírus Outbreak em suas operações, como por exemplo:

- Constante relacionamento com os fornecedores (escola está sem atividades, sendo que seguiremos nesta condição até a autorização de retomada das aulas presenciais pelo Ministério da Educação).
- Nível dos estoques (Uma vez que não haverá atividades de qualquer natureza, não terá impactos com os níveis de estoques alimentícios)
- Cronograma de aulas (As aulas estão acontecendo normalmente seguindo os horários estabelecidos através da plataforma on-line (Teams e Zoom) desde 16 e 17 de Março/2019).

Dessa maneira, o Instituto entende que não haverá impactos relevantes até a emissão da presente demonstração contábil, de maneira que tomou as devidas providências com os procedimentos mencionados acima, visando o monitoramento dos impactos do Coronavírus Outbreak."

Joesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Danilo dos Reis
Contador
CRC SP 299039/O-8

* * * * *